

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
TERMOS ADITIVOS
dez/21

N° do Contrato	N° do Aditivo	Objeto	Data de Publicação	Valor Total
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)
035/2017	5	Prorrogar o prazo de vigência do contrato original por mais 06 (seis) meses, a contar de 01/12/2021 até 31/05/2022.	01/12/2021	Não se aplica
099/2019	3	Prorrogar o prazo de vigência do contrato original por mais 12 (doze) meses, a contar de 22 de janeiro de 2022 até 21/01/2023, com manutenção dos valores atualmente contratados.	22/12/2021	Não se aplica
133/2011	2	Alterar a cláusula quinta do contrato original (aditado) para prorrogar o prazo de vigência por mais 05 (cinco) anos, a contar de 01/12/2021 até 30/11/2026.	01/12/2021	não se aplica
088/2021	1	Acrescer e suprimir quantitativos previstos em itens da planilha de serviços, além de incluir novos itens, bem como alterar a Cláusula Quarta, item 4.2, aumentando o valor total do contrato de R\$ 70.374,03 (setenta mil trezentos e setenta e quatro reais e três centavos) para R\$ 74.577,24 setenta e quatro mil quinhentos e setenta e sete reais e vinte e quatro centavos), e prorrogar o prazo de execução (Cláusula Segunda, item 2.2) por mais 10 (dez) dias.	03/12/2021	R\$ 4.183,21
119/2021	1	Alterar a redação da cláusula oitava, para que o prazo de vigência contratual se inicie em 19/12/2021.	03/12/2021	não se aplica
006/2020	2	Prorrogar o prazo de vigência do contrato original por mais 01 (um) ano, a contar de 01 de março de 2022 até 28 de fevereiro de 2023.	06/12/2021	não se aplica

099/2020	1	Prorrogar o prazo de vigência do contrato original por mais 03 (três) meses, a contar de 01/01/2022 até 31/03/2022, mantidos os preços anteriormente pactuados.	14/12/2021	não se aplica
000/2017	1	Prever a flexibilização de tarifas de liquidação de cobrança através do PIX.	17/12/2021	não se aplica
190/2016	5	Prorrogar o prazo de vigência do contrato original por mais 06 (seis) meses, a contar de 06/01/2022 até 05/07/2022.	17/12/2021	não se aplica
001/2020	2	Prorrogar a vigência contida na Cláusula Oitava do Contrato Original por mais 01 (um) ano, com início em 27 de janeiro de 2022 e término em 26 de janeiro de 2023, sem alterações nos valores pactuados	20/12/2021	não se aplica
097/2009	6	Prorrogar o prazo de vigência do contrato original por mais 01 (um) ano, a contar de 01 de janeiro de 2022 até 31/12/2022	22/12/2021	não se aplica
193/2016	9	Prorrogar a vigência do contrato original por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 02/01/2022 até 02/03/2022.	22/12/2021	não se aplica
192/2016	11	Prorrogar o prazo de vigência do contrato original por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 02/01/2022 até 02/03/2022.	22/12/2021	não se aplica
098/2017	4	Prorrogar o prazo de vigência contratual até 30/06/2022, a contar de 01/01/2022.	27/12/2021	não se aplica
128/2020	1	Prorrogar o prazo de vigência do contrato original por mais 12 (três) meses, a contar de 17/12/2021 até 16/12/2022, mantidos os preços	16/12/2021	não se aplica

170/2019	1	Alterar o CNPJ e a razão social da Contratada, para CNPJ: 76.535.764/0001-43 e OI S/A – Em recuperação judicial, respectivamente; prorrogar a vigência do contrato original por mais 24 (vinte e quatro meses), a contar de 30 de dezembro de 2021 até 29 de dezembro de 2023; conceder reajustamento de preços, implicando na atualização do valor global originariamente pactuado de R\$ 8.066,491,68 para R\$ 8.752.148,40; e ainda, promover o acréscimo de quantitativos de itens originariamente contratados, implicando na majoração do valor global do contrato no percentual de 17,8925%, modificando-o para o montante de R\$ 10.318.243,44.	29/12/2021	R\$ 1.566.095,04
179/2018	4	Prorrogar o prazo de vigência contratual por 12 (doze) meses, a contar de 26 de dezembro de 2021 até 25 de dezembro de 2022	26/10/2021	não se aplica

Data da Última Atualização: 31/12/2021

Fonte: SGA/DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

(a) – Informar o número do Contrato.

(b) – Informar o número do aditivo

(c) – Informar o objeto do Termo Aditivo (Exemplo: Prorrogação da vigência; reajuste do contrato etc)

(d) – Data da publicação

(e) – Informar o valor total do aditivo

FUNDAMENTO LEGAL: Resolução CNMP nº 86/2012, art. 5º, inciso II, "g" e "h"; Lei complementar 101/2000, art. 48-A, I; e Lei 12.527, art. 8º, §1º, III e IV.